



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e sete (12.02.2007), às quatorze horas e quarenta e cinco minutos (14h45m), no plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a 12ª (décima segunda) sessão ordinária. Havendo número legal a Presidente, Drª Leila da Costa Vilela Magalhães, declarou, aberta a sessão; registrou-se a ausência do Dr. José Demóstenes de Abreu e da Drª Angélica Barbosa da Silva, justificada em razão de gozo de férias. Dando início aos trabalhos, a Sra. Presidente informou não haver pauta específica mas registrou que o requerimento da ATMP sobre correção monetária das parcelas do realinhamento teve anexado documento emitido pelo encarregado de área, Pedro Amilton, acerca do cálculo de atualização solicitado, necessitando de melhor análise, e será objeto de apreciação na próxima reunião. Em seguida, Dr. Clenan solicitou esclarecimentos quanto as resoluções baixadas pelo Diretor Geral, tendo entendido que tais resoluções violam as prerrogativas do Procurador de Justiça. Em esclarecimento, a senhora Presidente do Colégio, informou que todos os atos emanados pelo Diretor Geral foram respaldados por ato próprio e específico da Procuradora-Geral, conforme lhe faculta a Lei Complementar 12/96; enfatizou que as medidas foram levadas a conhecimento de todos os membros – Procuradores e Promotores – e servidores da instituição, com o objetivo único de diminuir gastos excessivos e ter cadastro atualizado do patrimônio da Instituição. A Presidente expôs, também, a detecção de vários encargos financeiros não repassados à época própria, cujo montante chegou a duzentos e vinte mil reais (R\$220.000,00), gastos estes com FUNCESAF, multas, uso irregular de veículos, gastos exorbitantes com telefones, energia elétrica, exoneração de mais de trinta ocupantes de cargos comissionados, o que gerou aumento da despesa com pagamento das verbas indenizatórias, dentre outras. Ressaltou, ainda, a incansável busca de soluções com a finalidade de diminuir gastos, tais como: transferência das linhas telefônicas da Brasil Telecom para a Embratel, buscando uma redução de trinta por cento



Colégio de Procuradores de Justiça

(30%) no custo das tarifas; terceirização dos serviços auxiliares, já que a longo prazo ainda é mais vantajosa; cessão do auditório somente no período diurno, pois no período noturno o custo é triplicado; busca de softwares a serem implantados na instituição, como forma de agilizar os procedimentos institucionais. Reafirmou, assim, o respaldo a todos os atos emanados pela Diretoria Geral, feitos com total conhecimento e aprovação da Procuradora Geral. Por fim, comunicou que o provimento dos cargos de promotores aprovados no último concurso somente ocorrerá a partir do segundo semestre e de servidores de cargos efetivos a partir de abril. Esclarecida as questões, passou-se a palavra para o Dr. José Omar que colocou em discussão matéria publicada no “O Jornal”, referente a crítica específica ao Ministério Público Estadual. Em discussão o assunto, deliberou-se que deveria ser enviado um expediente de esclarecimento ao jornalista, considerando que a competência da matéria referida no periódico era do Ministério Público Federal. Com a palavra a Dra. Vera Nilva, apresentou sugestão em ser ministrado um curso de inglês aos servidores; a Presidente do Colégio, Dra. Leila Vilela, propôs, por outro lado, um curso de português a todos os servidores, principalmente da área administrativa, sugestões a serem estudadas em ocasião próxima. Foi colocado em debate pela Dra. Elaine, como seria feita a distribuição dos processos durante o recesso natalino e nas férias, ficando deliberado que, embora o Procurador que estiver respondendo nesse período receba autos de outros gabinetes, a prevenção é do gabinete para o qual foi originalmente distribuído. Por fim, a Dra. Leila Vilela informou que já fora solicitado ao cartório distribuidor um estudo de alteração na tabela de substituição. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a presente sessão às quinze horas e cinquenta e cinco minutos (15h55m), do que para constar, eu _____, Cesar Augusto Margarido Zaratini, Secretário, lavrei a presente ata, que depois de conferida e assinada pelos membros do Colégio de Procuradores, será encaminhada para publicação.

Leila da Costa Vilela Magalhães

José Omar de Almeida Junior



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Colégio de Procuradores de Justiça

(continuação da Ata da 12ª Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores)

Alcir Raineri Filho

Vera Nilva Álvares Rocha

João Rodrigues Filho

Clenan Renaut de Melo Pereira

Ricardo Vicente da Silva

Cesar Augusto Margarido Zaratini

Marco Antônio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires